



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**



Of. nº 0242/2021/GPBCN

Bom Despacho, 13 de julho de 2021.

À Sua Excelência a Senhora  
Vereadora Maria Klésia de Oliveira  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro  
35600-000 – Bom Despacho-MG

**Assunto:** Encaminha Mensagens de veto nº 17 às Proposições de Lei Complementar nº 4/2021.

Senhora Presidente

Nos termos do §1º do art. 66 da Constituição da República e do art. 78, II, c/c art. 87, VI da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho, encaminho a mensagem de veto à Proposição de Lei Complementar nº 4/2021 que *"Altera a redação dos Inc. I e III do art. 49 da Lei Complementar nº 35, de 22 de dezembro de 2014, e dá outras providências"*.

As razões do veto encontram-se na mensagem anexas.

Atenciosamente,

BERTOLINO DA  
COSTA NETO;  
50700553649  
Bertolino da Costa Neto  
Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por BERTOLINO DA COSTA  
Nº 50700553649  
DE: BERTOLINO DA COSTA NETO  
Para: BERTOLINO DA COSTA NETO  
Assinatura: BERTOLINO DA COSTA NETO  
Data: 13/07/2021 13:13:13  
Assinatura: BERTOLINO DA COSTA NETO  
Data: 13/07/2021 13:13:13



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**



**Mensagem nº 17, de 7 de julho de 2021.**

Senhora Presidente da Câmara Municipal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do §1º do art. 66 da Constituição da República e do inciso II do art. 78, c/c o inciso VI do art. 87, ambos da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho, decidi vetar a Proposição de Lei Complementar nº 4/2021.

A Proposição de Lei Complementar nº 4/2021 é inconstitucional por ferir o princípio da separação dos poderes disposto no art. 2º da Constituição Federal de 1988.

**Das razões do veto:**

A Proposição de Lei deve ser vetada por ser inconstitucional.

De fato, sabe-se que, dentre as matérias de lei reservadas à iniciativa privativa do Prefeito, encontra-se a disciplina das atividades exercidas pelo Poder Executivo Municipal. Esse é o teor do art. 90, Inc. IX, da Constituição do Estado de Minas Gerais, aplicável aos municípios por força do princípio da simetria:

*"Art. 90 – Compete privativamente ao Governador do Estado:*

*(...)*

*XIV – dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo (...)"*.

Aliás, disposição equivalente a esta encontra-se no art. 87, Inc. XI, da Lei Orgânica deste Município:

*"Art. 87. Compete privativamente ao Prefeito:*

*(...)*

*XI – dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo (...)"*.

No presente caso, nota-se que a propositura de lei objetiva alterar os limites mínimos para os afastamentos laterais e de fundo dos lotes localizados no Município.

Obviamente, a modificação destes limites é assunto que se insere dentro daquilo que se denomina como "poder de polícia". Afinal, trata-se de restrições impostas ao particular, a fim de que se dê guarida à correta ordenação urbana.

Atualmente, o poder de polícia pertinente à ordenação urbana é exercido pela Prefeitura, por força do disposto no art. 35, §1º, Inc. I, alínea "g", da Lei Complementar Municipal nº 25/2013.

Portanto, é possível afirmar que a mencionada propositura de lei nada mais fez do que tratar de assunto pertinente à própria atuação da Administração Municipal, e, por esse motivo, sua validade estaria condicionada à iniciativa do Prefeito. Logo, uma vez que a propositura não partiu do Executivo Municipal, não resta dúvida quanto à existência de vício de inconstitucionalidade formal.

A propósito, este foi entendimento adotado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais em

